

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



### ATA

#### 9ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (2023-2026)

26.junho.2025  
18h30 – Videoconferência

No dia 26 de junho de 2025, reuniu a Assembleia de Delgados da Ordem dos Arquitectos (AdD), para a sua 9.ª reunião, do mandato 2023-2026, realizada em formato, exclusivamente, telemático:

- **Participaram na reunião os seguintes Delegados:** Alexandre Ferreira, Ana de Bastos, Ana Nascimento, António Maria Costa, Carla Vieira, Carlos Antunes, Daniel Carrapa Dias, Décio Ferreira, Duarte Caldeira, Francisco Freitas, Igor Espínola França, Susana Marques (em substituição de João Paulo Bessa), Jorge Toscano, José Luís Fernandes, Marta Falcão, Mário Martins, Nuno Freitas, Paulo Pardelha, Patrícia d'Andrade, Paulo Pisco, Pedro Crisóstomo, Sérgio Antunes.
- **Não participaram:** Bernardo Amaral, João Cravo, Jorge Teixeira, Renato Costa, Susana Rato, Teresa Novais.
- **Foram convidados e esteve presente:** o Presidente do Conselho Diretivo Nacional - Avelino Oliveira e o Tesoureiro do Conselho Diretivo Nacional – Arqº António Laúndes.
- **Participaram ainda** o Assessor Jurídico – Dr. Bernardo Pinheiro e a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

#### **Ordem de Trabalhos:**

1. Aprovação da Ata da 8ª reunião, realizada em 8 de março;
2. Proposta de Relatório e Contas da OA referente ao exercício de 2024.
3. Outros assuntos.

**O Vice-Presidente, Décio Ferreira** informou que o Presidente, Jorge Teixeira, por se encontrar no estrangeiro e poder enfrentar dificuldades de ligação à internet, solicitou que a reunião fosse presidida por ele, Décio Ferreira, assegurando deste modo o regular funcionamento dos trabalhos.

Assim, e após esta explicação o **Vice-Presidente** constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 18 horas e 40 minutos.

Cumprimentou e agradeceu a presença de todos e solicitou autorização para a gravação da reunião.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



Informou, seguidamente que, a pedido do Sr. Presidente da Secção Regional do Centro, Arq.º Florindo Belo Marques, e face à urgência do assunto, foi solicitada a introdução de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, sobre o seguinte assunto: “Proposta de análise e decisão sobre a revalidação do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Ordem dos Arquitectos, relativo à cedência, em regime de direito de superfície, do terreno situado na Rua Pedro Monteiro, em Coimbra”.

Acrescentou que a respetiva documentação já tinha sido, previamente, enviada a todos os Membros e que, embora este ponto estivesse inicialmente previsto para a reunião agendada para o próximo dia 12 de julho, a Câmara Municipal de Coimbra tem vindo a exercer forte pressão no sentido de que o mesmo seja tratado com a máxima urgência.

Colocada a consideração dos Membros sobre a introdução deste novo ponto – o mesmo foi aceite por todos e passará a ser o **ponto nº 3 da OT**.

Após este preâmbulo, passou-se assim, a ordem de trabalhos, propriamente dita.

### **Ponto 1. Aprovação da Ata da 8ª reunião, realizada em 8 de março;**

O **Vice-Presidente** informou que não foram recebidos quaisquer pedidos de correção à ata previamente enviada e questionou se alguém ainda o pretendia fazer. Ninguém se pronunciou.

Assim, foi colocada a votação a Ata da 8ª Assembleia de Delegados que **foi aprovada por unanimidade** dos presentes, presentes na referida reunião.

### **Ponto 2. Proposta de Relatório e Contas da OA referente ao exercício de 2024**

O Vice-Presidente, **Décio Ferreira**, deu a palavra ao Presidente e ao Tesoureiro do Conselho Diretivo Nacional para fazer a apresentação deste ponto.

**Avelino Oliveira** - iniciou a sua intervenção cumprimentando e agradecendo a presença de todos, tendo prestado diversos esclarecimentos relativamente ao Relatório e Contas, previamente enviado e, por isso, já do conhecimento geral.

Na apresentação do Relatório e Contas em apreço, foram realçados diversos elementos, tendo-se iniciado pela fundamentação do atraso verificado na sua submissão à AdD para efeitos de deliberação em Assembleia. Tal atraso decorreu de um conjunto de fatores, entre os quais se destacam a auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas e a substituição do Revisor Oficial de Contas, cuja responsabilidade passou a ser assumida pela sociedade BDO. Esta entidade, em virtude da mudança de auditor, considerou necessário proceder a uma revisão exaustiva dos elementos contabilísticos, adotando para o efeito uma metodologia substancialmente distinta, equiparada, na prática, à realização de uma nova auditoria.

Foi salientado que o Relatório e Contas apresenta um resultado positivo superior a 400 mil

euros. De forma sintética, procedeu à comparação dos fluxos de caixa dos exercícios anteriores, evidenciando que este resultado favorável resulta, em grande medida, da revisão e renegociação de diversos contratos, avenças e demais encargos, o que permitiu uma redução significativa das despesas. Realçou-se ainda o aumento da receita, nomeadamente através da recuperação de quotas em atraso e da adesão de novos membros.

O Presidente do CDN alertou, contudo, que este ano terá lugar o Congresso, o que poderá implicar um acréscimo de despesas, não sendo expectável que se mantenham os mesmos resultados positivos no próximo exercício. Terminando, passou a palavra ao Tesoureiro.

**António Laúndes** prestou igualmente diversos esclarecimentos relativamente a alguns dos itens mais relevantes constantes nas Contas da Ordem, referentes ao exercício do ano transato. Reforçou o saldo positivo alcançado, salientando, contudo, que o presente ano corresponde a um período de reestruturação, marcado pela implementação de novas medidas e pela realização do Congresso. No que respeita a este evento, referiu que se perspetiva um resultado equilibrado (próximo de zero), uma vez que se encontram previstas receitas extraordinárias e patrocínios capazes de cobrir integralmente os respetivos custos. Recordou, ainda, que o Congresso constitui um órgão estatutário e, como tal, dispõe de orçamento próprio.

Abordou igualmente a temática das imparidades, sublinhando que, apesar do aumento significativo do pagamento de quotas em atraso verificado no presente exercício, tal comportamento poderá não se repetir nos anos seguintes. Nesse sentido, informou estar em análise a adoção de um novo modelo de gestão de quotas, que poderá contemplar a cessação do lançamento de quotas a associados com incumprimento superior a cinco anos. Reconheceu que esta alteração poderá implicar alguma complexidade na sua fase inicial, mas defendeu que, a médio e longo prazo, permitirá uma representação mais fidedigna da situação financeira da Ordem, revelando-se globalmente mais vantajosa. Sublinhou ainda que esta proposta será objeto de discussão com as Secções Regionais, com vista à identificação da metodologia mais adequada a implementar.

Referiu também a recente contratação de um novo Revisor Oficial de Contas, pertencente a uma das entidades mais reputadas do setor — a empresa BDO —, destacando as alterações e análises já realizadas por esta, cujos efeitos se encontram já visíveis e tenderão a acentuar-se nos próximos exercícios. Assinalou, adicionalmente, que esta nova solução representa uma opção financeiramente mais vantajosa face ao anterior ROC.

Por fim, apelou à necessidade de uma reflexão conjunta quanto ao peso estrutural da Ordem, em particular no que se refere aos recursos humanos e aos eleitos, tendo explicado a intenção de afetar 60% do saldo positivo apurado ao Fundo de Reserva.

Após a apresentação, foi dada a possibilidade aos membros da AdD de se inscreverem para debate, explicações e dúvidas deste Ponto. Pediram a palavra os arquitetos:

**Jorge Toscano** – interveio para agradecer o trabalho inestimável realizado pelo Tesoureiro, manifestando o seu reconhecimento pela qualidade do documento apresentado, o qual considerou estar muito bem estruturado.

**Igor Espínola França** – informou que votará contra o Relatório e Contas, sabendo que este se encontra aprovado à partida, esclarecendo que o faz por coerência com as suas votações anteriores e com a posição da SRAçores, à qual pertence e representa. Informou ainda que irá apresentar uma declaração de voto nesse sentido.

**Avelino Oliveira** – referiu que compreende a posição, mas sublinhou o esforço significativo que tem sido feito no sentido de alcançar um equilíbrio financeiro. Considerou, no entanto, que seria preferível que o Presidente da SRAçores adotasse uma postura mais negocial e colaborativa com o CDN e as restantes Secções.

**António Laundes** - por sua vez, manifestou não compreender o sentido de voto contrário, defendendo que a coerência, levada ao extremo, acaba em incoerência. Salientou que o único resultado negativo entre todas as Secções é o da SRAçores, no montante de 20 mil euros, sendo esse prejuízo suportado, por todas as demais Secções e pelos serviços comuns.

**Igor Espínola França** – tomou a palavra para referir que não pretende entrar em diálogo sobre o tema, preferindo centrar-se nas palavras positivas proferidas pelo Presidente. Manifestou a esperança de que as divergências existentes possam ser resolvidas a bem da Ordem e da SRAçores.

**Décio Ferreira** – interveio para encerrar este ponto da ordem de trabalhos, agradecendo o trabalho árduo e continuado do Presidente e do Tesoureiro, desenvolvido ao longo dos últimos anos. Contudo, expressou a sua preocupação relativamente à sustentabilidade económica e financeira da Ordem, alertando para o crescimento da sua estrutura, enquanto a quota não tem sofrido atualizações.

No que respeita à situação da SRAçores e de outras Secções, referiu existir uma "zona cinzenta" no que se refere à distinção entre serviços comuns e serviços partilhados e as Secções estarem a pagar estes serviços, defendendo que essas questões devem ser devidamente clarificadas.

**Avelino Oliveira** – em resposta a esta intervenção, considerou que o assunto em causa deverá ser discutido noutra oportunidade mais oportuna. Manifestou concordância com algumas das preocupações expressas, embora discorde de outras, sublinhando, no entanto, que, neste momento, a sua principal atenção está centrada no processo de integração dos Arquitetos Paisagistas na OA. Esta integração implicará uma nova alteração estrutural, de natureza semelhante à ocorrida aquando da aprovação/criação do ROFERLOA; informou que o número de Arquitetos Paisagistas é, atualmente, equivalente ao de uma Secção, o que poderá contribuir para um certo equilíbrio na estrutura da Ordem.

Adicionalmente, informou ter participado recentemente numa conferência promovida pela Ordem dos Arquitetos da Roménia, durante a qual teve oportunidade de acompanhar os debates e posições adotadas relativamente à atualização do valor das quotas. Referiu que, após um período de vinte anos sem alterações, o montante das quotas passou de pouco mais

de cem euros para duzentos euros, num processo que lhe pareceu pautado por grande semelhança com o contexto vivido na Ordem dos Arquitectos. Nesse sentido, considerou que as soluções implementadas na Roménia lhe conferem maior tranquilidade e confiança quanto à abordagem a adotar no âmbito da política de quotização da Ordem.

Assim, após a discussão, foi colocado à votação a **Proposta de Relatório e Conta da AO referente ao exercício de 2024** que, num total de 21 elementos da AdD presentes no momento da votação (o Pedro Crisóstomo ainda não se tinha juntado à assembleia), foi aprovado por **Maioria com 18 votos a Favor; 2 votos contra** (Igor Espínola França e Patrícia d'Andrade) e 1 **Abstenção** (Nuno Freitas).

**Igor Espínola França** irá apresentar uma **Declarações de Voto**, justificando o seu sentido de voto.

**Avelino Oliveira** – agradeceu em nome do CDN a votação e o voto de confiança manifestado por esta votação dos Delegados.

**António Laudes** – questionou se a locação dos 60% no fundo de reserva está incluído neste ponto ou se é necessário fazer uma votação à parte.

O **Vice-Presidente** – respondeu que esta locação está incluída no Relatório, mas questionou os Delegados, sobre o assunto.

Não houve qualquer pronuncia, portanto, esta locação foi automaticamente aceite aquando da votação anterior do Relatório e Contas para o exercício do ano de 2024.

### **Ponto 3. Proposta de análise e decisão sobre a revalidação do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Ordem dos Arquitectos, relativo à cedência, em regime de direito de superfície, do terreno situado na Rua Pedro Monteiro, em Coimbra**

Conforme referido no início da reunião da urgência em resolver este assunto com brevidade, o Arqº. Décio Ferreira, deu a palavra ao Presidente do CDN para apresentar e dar esclarecimentos sobre este assunto.

**Avelino Oliveira** - esclareceu os motivos que levaram o CDN a submeter o assunto em causa à AdD, considerando que, apesar de não ser estatutariamente exigido, seria mais adequado que a matéria fosse objeto de deliberação e validação por parte deste órgão. Acrescentou que se sentiria mais confortável com essa deliberação formal por parte da AdD.

No que respeita ao protocolo em causa, explicou que a sua revalidação não acarreta qualquer prejuízo para a OA, uma vez que não está em causa a aquisição ou alienação de qualquer imóvel. Trata-se apenas da revalidação do protocolo, sem que exista qualquer obrigação de proceder à construção ou outro compromisso associado.

Contudo, e caso venha a existir, futuramente, a intenção de construir uma nova sede para a

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



SRCentro, essa decisão será, naturalmente, submetida à aprovação da Assembleia de Delegados, no momento adequado.

Após esta apresentação, solicitaram a palavra para pedido de esclarecimentos e dúvidas os seguintes Delegados:

**Carlos Antunes** - manifestou a sua concordância com a revalidação do protocolo, salientando que a mesma não implica qualquer compromisso imediato, mas permite uma eventual intervenção futura. Considerou tratar-se de um local excelente para esse fim, classificando a opção e a tomada de posição como sensatas e adequadas.

**António Maria Costa** - Agradeceu as palavras dos intervenientes anteriores, referindo que, a título pessoal, este assunto lhe diz muito, uma vez que foi ele, em conjunto com o Arq.º Florindo Belo Marques e o falecido Arq.º Vasco Cunha, quem iniciaram e assinaram a primeira deliberação da Câmara Municipal. Com o passar do tempo, apesar das várias mudanças de cor política e formas de pensar, e graças ao mérito dos Arqs. Florindo Belo Marques e Vasco Cunha, foi possível manter este propósito inicial, mesmo quando o terreno se tornou muito apetecível para outras entidades e ordens, dada a sua excelente localização. Houve, ao longo dos anos, diversas deliberações camarárias, tendo-se conseguido sempre preservar esta opção. Agora, que já a consideravam perdida, renasce a esperança com a possibilidade de assinar esta revalidação, fruto dos esforços do CDN e da AdDel, que muito agradece.

**Carlos Antunes** – Referiu que é importante agir para não colocar em causa a credibilidade da Ordem. Reconheceu que poderá não ser possível iniciar uma construção durante o presente mandato, mas oportunamente e num futuro próximo, deverá ser tomada uma posição clara no sentido de avançar com a construção de um edifício.

**Avelino Oliveira** – manifestou que é exatamente essa a nossa posição: o edifício a construir deve servir como sede, mas também estar ao serviço da população, garantindo assim o apoio efetivo de todos.

**Décio Ferreira** - Referiu e que a credibilidade é um ponto assente e que devemos ter atenção a esse aspeto. Tal como na Sede do Norte, pretende-se, a custo zero, construir um edifício que sirva não só como sede, mas também para outras valências.

**José Luís Fernandes** - Questionou sobre o direito de superfície, nomeadamente qual o prazo desse direito e se existe um prazo para desencadear o controlo prévio.

**Avelino Oliveira** – Respondeu que o prazo do direito de superfície é de 70 anos e que o mecanismo para o controlo prévio não está vinculado a prazos específicos. Explicou que é necessário procurar candidaturas a financiamentos, entre outras medidas, sem compromisso de prazos, o que foi aceite pela Câmara Municipal de Coimbra.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



Após a discussão foi colocado à votação a **Proposta de análise e decisão sobre a revalidação do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Ordem dos Arquitectos, relativo à cedência, em regime de direito de superfície, do terreno situado na Rua Pedro Monteiro, em Coimbra** que, num total de 21 elementos da AdD presentes no momento da votação (o Sérgio Antunes já se tinha ausentado da Assembleia, mas entretanto tinha entrado o Pedro Crisóstomo), que foi aprovada por **Maioria** com **20 votos a Favor; 0 voto Contra e 1 Abstenção** de Mário Martins.

### Ponto 4. Outros assuntos

Não foram abordados quaisquer outros assuntos na AdD.

Assim, o Vice-Presidente da AdDel, informou que a próxima reunião da AdDel se irá realizar em Lisboa, no próximo dia 12 de julho, com início pelas 10:30 e deverá prolongar-se para a parte da tarde, pelo que oportunamente será enviada a Convocatória e demais elementos para discussão dos seguintes pontos, entre eventualmente outros:

1. Proposta de Modelo de integração da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas na OA;
2. Regulamentos da OA da responsabilidade da AdD – Apresentação, discussão e deliberação: Regulamento do Provedor, Remunerações dos órgãos Sociais e também os Regulamentos de Dados e também o Regulamento de Deontologia e Procedimento Disciplinar;
3. Plataforma Integrada de Arquitectos da Administração Pública (PIAAP);

Terminada a ordem de trabalhos e não havendo outros assuntos a debater, o teor desta Ata foi lido e colocado a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade** pelos delegados presentes (21) e subscrita pelo Vice-Presidente da Mesa.

O Vice-Presidente deu, assim, por encerrada a reunião às 20 horas e 5 minutos, e agradeceu a presença e participação de todos.

Décio Ferreira,  
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados